

VII Simpósio Nacional de História Cultural
**HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO,
LEITURAS E RECEÇÕES**

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

MINHA QUERIDA LYSIA

Maristela Bleggi Tomasini*

Cartas. Simples cartas pessoais, não raro manuscritas, trocadas entre pessoas comuns, dão a ver uma conversa que, em lugar de perder-se no tempo e no espaço, persiste, codifica-se, documenta-se, altera seu *status* até, e, de carta pessoal, transmuda-se em objeto de pesquisa, em documento de arquivo, vestígio histórico que se oferece à interpretação. Para Pagés-Rangel, “quase como nenhum outro meio de escrita, a carta fala — e é em si mesma produto — dos mecanismos de representação” (1997, p. 4). O desenho da letra faz adivinhar a intimidade ou a estranheza do escritor com o vernáculo; a cada indecisão, onde a mão hesita, um sinal aparece sobre o papel. Os erros, os acertos, os esquecimentos, a pressa, o capricho, as figuras de linguagem, os chavões epistolares; os termos sobrescritos, os elementos verbais e não verbais que a constituem dão a conhecer um pouco daquele que escreve como do que recebe, cada qual em suas circunstâncias.

Cartas. Quem um dia as escreveu e recebeu conhece bem as emoções que acompanham esses ritos que já fizeram, e que ainda fazem, — hoje menos intensamente, todavia —, parte do cotidiano. Nem mesmo os correios eletrônicos que predominam na atualidade, e que se caracterizam pela busca de um tipo de comunicação mais simplificada, estariam “isentos de alguns hábitos epistolares consolidados ao longo do

* Advogada em Porto Alegre, Mestre em Memória Social e Bens Culturais pelo Centro Universitário La Salle — Unilasalle, Canoas, RS. Filiação atual: USP — Universidade de São Paulo, doutoranda em História Social. Contato: maristela.bleggi.tomasini@usp.br

tempo” (GÓMEZ, 2011, p.20-21). Roquette¹, em 1845, já considerava a correspondência como o mais extenso e variado laço social, apenas superado pelas visitas e pela conversação (1997, p. 266).

Habituais, cartas trocadas, muitas vezes por força do cumprimento de deveres sociais, assumem, com o passar do tempo, novas configurações. Embora escritas por alguém para outro alguém, podem ser como que interceptadas pelo pesquisador e usadas como fontes hábeis a descortinar detalhes de um tempo passado. — “Minha querida Lysia. Escrevo-te a lápis, porque a Parcker [sic] está com Francis”² — escreveu Maria, manejando a metonímia, pois a palavra Parker é, aí, usada como sinônimo de caneta tinteiro. E o que isso nos diz da década de 1950? Muito, pois nos afirma um hábito, nos revela um costume e, quando em diálogo com outras fontes — mesmo um reclame de revista onde brilha uma Parker em estojo de presente — nos reafirma uma sociabilidade, nos aponta um instrumento de aferição de *status* social, nos conduz a aprofundar reflexões sobre objetos de consumo e sua função, seja no imaginário social, seja na mecânica das representações que pontuaram o dia-a-dia de há cinquenta anos.

Mas de que cartas falamos? E, sendo pessoais, ou seja, dizendo respeito a remetente e destinatário apenas, como fazer uso delas? Tais perguntas, ainda que prosaicas, escondem a complexidade do tema. Cartas, simples cartas pessoais, cartas manuscritas por quaisquer marias, enfim, podem elas servir como fontes, particularmente no âmbito da assim chamada História Cultural? Sob quais condições, dentro de que limites e na perspectiva de quais possibilidades como fonte histórica?

É disso que esse artigo vai tratar. Uma palavra sobre História Cultural, porém, deve preceder este estudo; após, a descrição das fontes, a indicação de sua origem, de seu contexto de produção e dos limites que coloca ao pesquisador. No território das possibilidades, avalia-se o que tais fontes nos viabilizam, desde testemunhos de fatos que envolvem personagens históricos, — como o comparecimento do Presidente Dutra a um Congresso de Direito Municipalista ou o prestígio de Ademar de Barros, ovacionado por populares nas ruas da cidade de São Paulo —, até o registro de sensibilidades e sociabilidades.

¹ O Código do bom-tom foi publicado em 1845, em Portugal, e notabilizou-se entre nobres e plebeus como referência de etiqueta social. A obra foi republicada no Brasil em 1997, organizada por Lilia Moritz Schwarcs.

² Carta de Maria para Lysia escrita nos dias 1º e 2 de abril de 1950, de Petrópolis, RJ, Hotel Quitandinha.

Sobre a História Cultural, contexto dessa reflexão, Pesavento dela já disse ser “extremamente sedutora, mas perigosa”, na medida em que pressupõe um método cuja meticulosidade e trabalho exigem um esforço interpretativo e mesmo uma boa bagagem cultural que devem resultar em “versões possíveis para o acontecido, e certezas provisórias” (2003, p.119). Do passado existem versões, possibilidades que se extraem de certo dado. O trato das fontes, nesse sentido, mostra-se fundamental, e cabe ao historiador conduzir esse interrogatório, fazendo preceder sua inquirição, porém, da devida qualificação dessas fontes das quais se utiliza. Tal e qual o jurista, ele procura extrair verdades — ainda que provisórias — especialmente de objetos que apresentem *valor documental*³. Na esfera da micro-história, especialmente, este rigor talvez deva ser redobrado, na medida em que se tratam de temas sempre abertos, passíveis de revisão a cada nova evidência encontrada⁴. A pretensão científica aí vacilaria “sob os golpes de um subjetivismo” que procederia a uma anexação da história à literatura, o universo das representações desqualificando aquele dos fatos (PROST, 1996, p.10). Esse risco de incorporação da subjetividade ao trabalho do historiador já foi colocado em discussão por Pesavento, que qualificou como desafio esta consciência da própria subjetividade dele, historiador, tanto quanto a daqueles personagens que ele se propõe a buscar no passado, até mesmo porque “uma das características da História Cultural foi trazer à tona o indivíduo, como sujeito da História, recompondo histórias de vida, particularmente daqueles egressos das camadas populares” (PESAVENTO, 2003, p. 118). Reorienta-se a percepção do historiador, com olhares e ouvidos voltados a personagens desprovidos de notoriedade e que, portanto, até então não tiveram sua fala tornada digna de registro. E por que o seriam? — especula-se. Pelas mais diversas razões, mas, sobretudo, pelas possibilidades de se trazer à tona elementos e dados culturais, expondo mecanismos intrinsecamente ligados à sua produção e recepção. Da moda aos cardápios, das festas ao luto, passando por aniversários, formaturas, casamentos, batizados; o solene e o informal, hábitos sociais, tensões do dia-a-dia, enfim, elementos da ordem do sensível e do sociável

³ Costa, em seu dicionário de gêneros textuais, registra que documento “pode ser qualquer objeto de valor documental (fotografia, peça, papel, filme, construções, etc.) que elucide, instrua, prove ou comprove cientificamente algum fato, acontecimento, etc. [...]”. (2008, p.85).

⁴ Para Le Goff tratou-se mesmo de uma revolução simultaneamente quantitativa e qualitativa. “O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos” (2003, 531).

passam a fazer parte integrante da narrativa histórica, imiscuindo-se nela como antes só o faziam na literatura.

O *corpus* documental que dá lugar a esse estudo consiste em cinco cartas pessoais escritas por Maria entre 1950 e 1954, todas para uma mesma destinatária, Lysia, durante viagens da remetente, acompanhando seu marido em compromissos profissionais fora do estado do Rio Grande do Sul. O casal hospedava-se em diferentes cidades do país, razão pela qual quatro desses documentos apresentam timbres de hotéis nos papéis e nos respectivos envelopes, dado não verbal que serve de reforço à autenticidade dessas cartas. A identidade das pessoas envolvidas será preservada, pois este é um dos limites que se impõe no trato da fonte epistolar, onde a vida privada e mesmo, não raramente, a intimidade de remetente⁵, destinatário e mesmo de terceiros é exposta. Relevante ainda notar que, mesmo em se tratando de objetos de descarte — como no caso presente — subsiste um direito extrapatrimonial, personalíssimo, que não pode competir com a propriedade material do documento. Dessa sorte, apenas elementos de ordem geral devem ser evidenciados, privilegiando-se a pesquisa, sim, porém evitando sempre o delicado território da intimidade, com identificação dos envolvidos.

Com vistas a uma maior objetividade na apresentação desses documentos, e para estabelecer um critério de referência a citações literais de trechos das cartas, foi elaborado o quadro a seguir, onde figuram, em ordem cronológica, os conjuntos documentais utilizados numerados de 01 a 05 — carta e respectivo envelope —, registrando-se deles uma descrição sucinta, local de envio e recepção da correspondência. Da mesma forma, serão disponibilizadas imagens parciais de documentos correspondentes a dois dos conjuntos formadores do corpo — figura 1 e figura 2 — devendo-se registrar que receberam tratamento digital para remoção de referências capazes de propiciar a identificação das pessoas envolvidas. Foram também confeccionados quadros — 1 e 2 — com transcrições de trechos dos documentos cuja imagem foi parcialmente reproduzida, observando-se a grafia original. No corpo do texto, citações de trechos das cartas

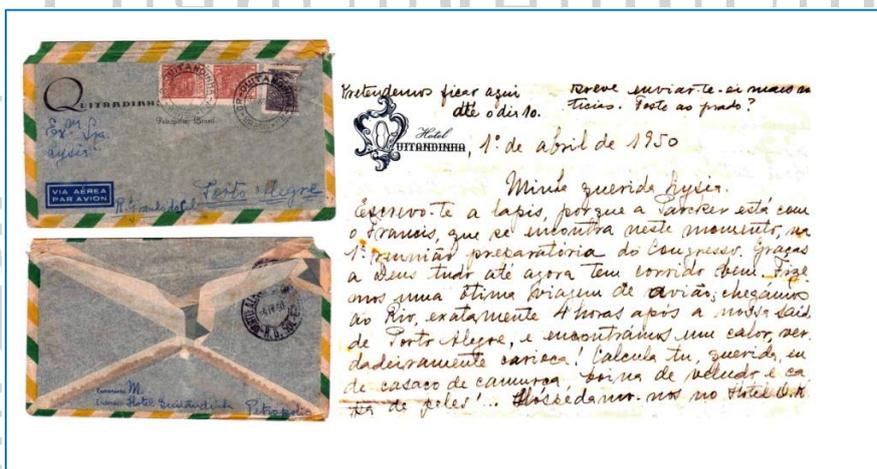
⁵ Vida privada e intimidade não se confundem. A própria Constituição diferencia uma da outra em seu artigo 5º, inciso X, quando determina que “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”. Enquanto a intimidade se liga à subjetividade, a atributos intrínsecos do eu, a vida privada incorpora os relacionamentos pessoais que podem ser afetivos, parentais, de trabalho, comerciais, etc. Dessa sorte, teoricamente, criam-se diferentes espécies de possíveis violações, conforme seja atingida uma, outra ou ambas as esferas de proteção. Daí também a necessidade de se estabelecerem limites ao uso de documentos que reflitam, ora a vida privada, ora a intimidade das pessoas, observada, contudo, a liberdade de expressão que consagra a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação — e isso sob qualquer forma, processo ou veículo (CF, art. 220).

aparecem entre aspas e são seguidos da indicação, entre parênteses, do conjunto a que pertencem (quadro 1).

Quadro 1 — Descrição do Corpus Documental

Conjuntos	Data	Descrição	Local de envio	Local de recepção
01	1º/04/1950 02/04/1950	Envelope padrão <i>par avion</i> com timbre e carta de 04 páginas, duas folhas 21,5cm x 28 cm com mesmo timbre do envelope em um dos lados, manuscritas a lápis de ambos os lados.	Petrópolis, RJ. Hotel Quitandinha	Porto Alegre, RS
02	04/04/1950	Envelope padrão <i>par avion</i> com timbre e carta de 04 páginas, duas folhas de papel de seda 22 cm x 28 cm com mesmo timbre do envelope em um dos lados, manuscritas a tinta azul de ambos os lados.	Idem	Idem
03	12/10/1952	Envelope padrão <i>par avion</i> com timbre e carta de 04 páginas, duas folhas de papel 21 cm x 27 cm, com mesmo timbre do envelope em um dos lados, manuscritas a tinta preta de ambos os lados.	Santos, SP. Praia do Gonzaga. Atlântico Hotel.	Idem
04	05/08/1953	Envelope padrão <i>par avion</i> e carta de 06 páginas, três folhas de papel de seda 21cm x 27cm manuscritas a tinta azul de ambos os lados.	Rio de Janeiro, RJ. Hotel Florida	Idem
05	18/05/1954	Envelope padrão <i>par avion</i> com timbre e carta de 06 páginas, duas folhas de papel de seda uma 21 cm x 27 cm com mesmo timbre do envelope e outra com metade deste tamanho, manuscritas a tinta azul de ambos os lados.	São Lourenço, MG. Hotel Primus	Idem

Figura 1 — Envelope e trecho da carta correspondente ao conjunto 01



Quadro 2 — Transcrição parcial do conteúdo da carta pertencente ao conjunto 01.

Pretendemos ficar aqui até o dia 10.
Breve enviar-te-ei mais notícias. Foste ao prado?
Hotel [Timbre]
QUITANDINHA, 1º de abril de 1950
Minha querida Lysia.
Escrevo-te a lápis, porque a Parker está com o Francis, que se encontra neste momento, na 1ª reunião preparatória do Congresso. Graças a Deus tudo até agora tem corrido bem. Fizemos uma ótima viagem de avião; chegámos [sic] ao rio, exatamente 4 horas após a nossa saída de Porto Alegre, e encontramos [sic] um calor, verdadeiramente carioca! Calcula tu, querida, eu de casaco de camurça, boina de veludo e capa de peles!... Hospedamo-nos no Hotel OK

Figura 2 — Envelope e trecho da carta correspondente ao conjunto 05.



Quadro 3 — Transcrição parcial do conteúdo da carta pertencente ao conjunto 05.

L. tem estudado?
São Lourenço 18/05/1954.
Minha Querida Lysia.
Estamos em São Lourenço, desde o dia 14; vamos bem e tudo corre bem. O Congresso realiza-se normalmente, com bastante entusiasmo, trabalho e ordem. Recebeste o meu telegrama, daqui? Saímos do Rio, dia 14, às 2 horas da tarde, mais ou menos, num avião da F.A.B., mas não pudemos [sobrescrito] aterrissar aqui, porque o piloto não encontrou “teto” e nós voltamos ao Rio. Sabes lá o que é isso? Então, imagina...
Jantamos no Galeão e à tarde, rumamos novamente

A origem desse corpus, por sua vez, importa ser detalhada. Tratam-se todos de documentos integrantes de um mesmo arquivo pessoal que pertence à autora desde a década de 1990, quando sofreu descarte após a morte da pessoa responsável por sua formação e guarda⁶. Pertencem a esse arquivo dezenas de tipos documentais (cartas, envelopes, bilhetes, orações, exames, recibos, notas fiscais, etc.), todos acumulados principalmente ao longo das décadas de 1920 até 1960, pela destinatária dessa correspondência, Lysia, que viveu na cidade de Porto Alegre, e que mantinha grau de parentesco com Maria, a remetente. Do mesmo arquivo, outros conjuntos documentais já foram utilizados como fonte de pesquisa⁷, sua autenticidade apresentando-se como

⁶ Paulo Roberto Hernande, antiquário, na década de 1980, foi chamado para avaliar móveis que haviam pertencido a uma pessoa então recentemente falecida. Dentre os pertences que não interessavam aos herdeiros, uma sacola repleta de papéis e pronta para descarte. Embora sem valor comercial para um antiquário, o conjunto — verdadeiro arquivo pessoal — foi por ele guardado até a década de 1990, quando presenteado à autora que o mantém até hoje.

⁷ Registre-se: TOMASINI, M. B. **Memória social em cartas de amor: sensibilidades e sociabilidades na Porto Alegre da década de 1920**. Canoas, RS: Unilasalle, 2012, 117 p. Dissertação, Mestrado em Memória Social e Bens Culturais, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle, Canoas, 2012. _____. Cartas de amor como fontes de pesquisa: uma proposta metodológica e sua aplicação. In: GRAEBIN, Cleusa, SANTOS, Nádia Maria Weber (org.). **Memória Social: questões teóricas e metodológicas**. Canoas: Unilasalle, 2013. _____. Porto Alegre Imaginada. Cidade, Cartas de Amor e Poesia. **Revista Latino-Americana de História**. São Leopoldo, RS: Vol. 2, nº. 7, p. 438-451, setembro de 2013. Edição Especial, disponível em <http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/356/256>; _____. **Porto Alegre Imaginada. Cidade, Cartas de Amor e poesia**. Coletânea Iconográfica. Porto Alegre: IPMS, 2014. Disponível em <https://pt.scribd.com/doc/241171885/Porto-Alegre-Imaginada-Am>

altamente verossímil. Nunca é demais referir que o maior ou menor grau de confiabilidade de fontes dessa natureza, sua autenticidade, portanto, está intimamente associada à sua origem. É que o contexto de produção de um documento sobrepõe-se, em importância, ao seu conteúdo.

A primazia do contexto sobre o conteúdo é, pois, crucial para compreender o caráter probatório dos documentos de arquivo, do ponto de vista de um dos atributos que melhor o definem: a autenticidade. Um documento é autêntico quando dispõe dos requisitos necessários para que se estabeleça sua proveniência, independentemente da veracidade do respectivo conteúdo. (CAMARGO, 2009, p. 432).

Quando se tratam de arquivos pessoais, observe-se que é comum que tal tipo de documentação se perca: ou por conta da morte de quem a manteve, ou mesmo quando perde sentido para seu titular. Também a preservação do conjunto na ordem original acontece apenas muito raramente. Todavia, uma vez preservados, arquivos pessoais podem oportunizar a exploração de seu potencial informativo. “Arquivos pessoais refletem não apenas o que as pessoas fazem ou pensam, mas quem são, como encaram e como experimentam suas vidas” (HOBBS, 2001, p. 128). Descortina-se assim o registro direto e indireto de fatos vivenciados pelos interlocutores, imaginados ou por eles desejados. Daí falar-se que “sua natureza instrumental, totalmente atrelada à lógica da entidade produtora, assegura-lhe a condição de refletir sempre a ação de que se originou” (CAMARGO, 2009, p.426).

Não sem razão Bloch alerta para o fato de que documentos que, no passado, foram objeto de estudos eruditos já representavam, por si só, determinados acontecimentos. Identificavam-se, pois, com a própria atividade que eles informavam haver se produzido num dado tempo e lugar. Todavia, “à medida que a história foi levada a fazer dos testemunhos involuntários um uso cada vez mais frequente, ela deixou de se limitar a ponderar as afirmações [explícitas] dos documentos. Foi-lhe necessário também extorquir as informações que eles não tencionavam fornecer” (2001, p. 95). Assim, por exemplo, dados não verbais que integram cartas pessoais tais como estas de Maria podem ser reveladores de uma série de detalhes que vão desde a natureza do papel de carta usado à época, como ainda o hábito de se apor, em papéis e envelopes, timbres dos hotéis.

As cartas de Maria, — embora sejam e permaneçam sendo cartas pessoais —, integram um arquivo, e é dentro dessa perspectiva de documentos pertencentes a um conjunto maior — cuja origem é conhecida, aliás, — somada às suas características

materiais, ao seu bom estado de conservação, à sua legibilidade, enfim, que se vai confirmar sua autenticidade. Além disso, como produtos da subjetividade, cartas pessoais inserem-se no rol dos assim chamados documentos do eu, que eventualmente não se submetem às regras da historiografia. São textos que em geral dispensam edição ou tratamento, consistindo em relatos que devem ser lidos e relidos, sua interpretação podendo, inclusive, variar ao longo do tempo (DEKKER, 2002, p. 14). Tampouco devem ser considerados simplesmente como uma fonte de onde fatos podem ser extraídos, devendo se levar em consideração também o contexto social de sua produção (2002, p.25).

No território das possibilidades, cartas pessoais representam um manancial inesgotável de registros de ocorrências que vão do prosaico ao cômico, dos simples hábitos ao eventual testemunho de um fato histórico. Um cotidiano que espelha não o excepcional, mas o ordinário, através de retratos instantâneos do que seria o habitual e característico de uma dada época: classe social, gênero ou o que mais se cingir à busca do pesquisador. Por outro lado, haveria ainda espaço para pesquisas inerentes a uma História Cultural do Político, centrada em torno do “imaginário do poder” (PESAVENTO, 2003, p.75). Nesse sentido, Maria: “De chegada á [sic] Quitandinha tivemos de nos preparar às pressas para a abertura oficial do Congresso. O presidente Dutra compareceu e tudo correu às mil maravilhas. O hotel está cheissimo [sic]” (Conj. 01). Ou ainda: “[...] chegamos 10 minutos de aterrissar o avião do sr. Ademar que voltava de uma grande turnê pela Europa. Acho que o homem tem um prestígio louco, no aeroporto milhares de pessoas [...] Havia também autos de luxo e, por todo o trajeto, balançando ao vento, os dizeres dos estudantes, trabalhadores, do povo saudando Ademar de Barros!” (Conj. 03). Significativo, nesse mesmo viés de ordem política afeito à percepção de ambientes, objetos e figuras ligadas ao poder, ler, por exemplo: “[...] fomos ao Museu Imperial e no parque do Museu tirei um retrato do Francis ao lado da estatua do Imperador. Tudo imperial, como vês...”(Conj. 01). Ou ainda: “Antes de entrar nos salões todos, sem excessão [sic], têm que calçar chinelos de feltro. E ao contemplarmos aqueles moveis, todos aqueles objetos que serviam à família imperial, o gabinete do imperador, com a mesa telefone e pasta de seu uso, nos vem uma ternura imensa por aquele velhinho das barbas brancas que tanto amou o Brasil” (Conj. 02).

No âmbito da escrita epistolar, os campos abertos à pesquisa são tão variados quanto se poderiam conceber. Tem-se mesmo o privilégio de constatar o imprevisto, que

se esboça, por exemplo, na narrativa da ansiedade que devia preceder às viagens para fora do estado: “Acho que o atropelo de última hora, com o fecho [sic] do bolsão, arrebetando, na hora de tomar o auto, a aflição em que fiquei no aeroporto, porque vocês não chegavam [...]” (Conj. 03). O social e o sensível emergem a cada palavra: “Às 6 horas da tarde subimos numa ‘limousine’ para Quitandinha e aqui me encontro, minha querida, no lugar mais lindo do mundo, nesta Quitandinha que me parece um palácio [sic] de fadas. Aqui tudo é grandioso, mas o luxo é tão equilibrado, tão fino, tão apurado, que não abafa... pelo contrario, dá-nos um enorme bem estar...” (Conj. 01).

Por se tratarem ainda de cartas *femininas*, o gênero se mostra, e os documentos sinalizam diversos aspectos ligados ao que se convencionou chamar de “assuntos de mulher”, roupas, por exemplo, que Maria gostava de enfatizar: [...] hoje, quando fui vestir o vestido branco, quase desmaiei: ele chegava aos meus pés. Espichou, como se fosse elástico” (Conjunto 02). Ou: “Aqui o tempo está maravilhoso! Que temperatura gostosa! O casaco de peles está guardadinho, no guarda-roupa, desde que aqui chegamos” (Conj. 04).

Eram as novidades, a necessidade de fazer-se presente, apesar da ausência imposta pela distância. Narrar a si próprio, descrever-se para um destinatário, compartilhando com ele mínimos detalhes de um dia-a-dia de hóspede em outra cidade, junto a outros amigos: “H. tem uma boa eletrola e ficamos ouvindo musica e batendo papo até às 11 horas da noite” (04). Tudo expressões dessas sociabilidades, que Leenhardt definiu como “aptidão de viver em sociedade” (2010, p.27, 28). Uma aptidão, acrescenta-se, ora de produtora ora de receptora e de intérprete da cultura. Para compreender, contudo, esta aptidão no contexto epistolar, pode-se recorrer à esfera das sensibilidades, na eleição das palavras, das figuras de linguagem com que se descrevem, para o outro, cenários dos quais este último se ausenta, mas que pode vir a integrar a partir do instante em que, lendo a carta, decifra a mensagem, decodificando-a.

Embora em termos conceituais a palavra sensibilidade esteja ligada aos sentidos, daí decorrendo uma pertinência de ordem biológica, de outra parte, é como se a alma sensível fizesse sua aparição, diz Lotterie, acrescentando que quando desta aparição não mais estaria ligada ao mundo exterior, acontecendo na interioridade do sujeito, como atividade da paixão. “Dicotomias eloquentes: o corpo físico é um mundo cego, um receptáculo, enquanto os territórios íntimos da alma são a presa da emoção, do movimento” (LOTTERIE, 1998, p. 15).

“A viagem de auto foi ótima, e desembarcamos no Hotel Primus, à ½ noite. O Hotel é esplendido e a comida muito boa. Tenho bebido água [sic] mineral de todos os tipos, acho o Parque, onde se encontram as fontes, belíssimo, e cada vez que lá chego descubro novas belezas [sic]” (Conj. 05). Narrativas simples, singulares e irrepetíveis, — diga-se — mas nem por isso menos representativas de um sentir generalizado, de uma percepção compartilhada que atravessava corações e mentes em certo tempo. Trata-se bem menos da subjetividade inerente a esta Maria que escreve para aquela sua querida Lysia, e bem mais de tantas outras marias que conferem existência a mulheres casadas, de prendas domésticas, que acompanhavam os esposos e que cumpriam, rigorosamente, seu papel social. Escrever cartas, mandar notícias, dar satisfações de seus atos, não raro confidenciar segredos e angústias, assim como compartilhar as alegrias singelas de um belo dia: “E tu que tens feito, querida? Não tens saído um pouquinho? Vendo este dia tão lindo, sentindo este ar tão bom da serra, gozando a doçura desta tranquila São Lourenço (apesar do Congresso...) não posso te imaginar, aí, dentro deste apartamento escuro e frio, Lysinha, sai um pouco, vive um pouco mais” (Conj. 05).

Saliente-se, por fim, que há uma relação de dependência intrínseca entre o tema pesquisado e a adequação (ou não) da fonte. Fontes epistolares, mais ainda aquelas que consistem em cartas pessoais de pessoas comuns, têm uma especificidade que lhes é inerente: são únicas, absolutamente singulares; além disso, concernentes a pessoas humanas que devem ter sua vida privada preservada e que não devem ser expostas em sua intimidade, razão pelas quais a observância de limites impostos pela própria natureza desses documentos. Não obstante tais dificuldades, sua riqueza pode ser considerada, sem exagero, como imensurável no campo da chamada História Cultural, onde mesmo o homem comum, egresso das camadas populares da sociedade, incorpora um papel e protagoniza sua própria história, mesmo nos espaços mais remotos e sombrios onde convivem Lysias e Marias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: SANTOS, Cecília MacDowell *et al.* (org). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça do Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2009, v.2, p.424-443.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio: «Me alegraré que al recibo de ésta...». Cuatrocientos años de prácticas epistolares (siglos XVI a XIX)», **Manuscripts. Revista d'història moderna**, 29, 2011, pp. 19-50.

COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

DEKKER, Rudolf. 'Jacques Presser's Heritage: Egodocuments in the study of history', in **Memoria y Civilización** 5 (2002), pp. 13-37, disponível em <http://www.egodocument.net/egodocument/publications.html> acesso em 05/05/2013.

HOBBS, Catherine. The character of personal archives: reflections on the value of records of individuals. **Archivaria** 52 (Fall 2001): 126-135.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão, et all. 2º Ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

LEENHARDT, Jacques. Sensibilidade e Sociabilidade. In: RAMOS, Alcides Freire; MATOS, Maria Izilda Santos de; PATRIOTA, Rosangela (Org). **Olhares sobre a história**. Goiás: Editora Ucitec, 2010.

LOTTERIE, Florence. **Littérature et sensibilité**. Paris: Ellipses, 1998.

PAGÉS-RANGEL, R. **Del dominio público: itinerários de la carta privada**. Amsterdã: Rodopi, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

ROQUETTE, J.I. **Código do Bom - Tom ou regras de civilidade e de bem viver do século XIX**. Org.: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.



História Cultural